

# Avaliação de políticas de turismo: metodologias alternativas

**Tourism policies evaluation:** alternatives methodologies

FLORBELA MACHADO \* [florbelamachado@ua.pt]

EDUARDO CASTRO \*\* [ecastro@ua.pt]

CELESTE EUSÉBIO \*\*\* [celeste.eusebio@ua.pt]

**Resumo** | A avaliação das políticas públicas merece especial atenção uma vez que permite aferir a eficácia e a eficiência dos instrumentos utilizados na obtenção dos objetivos fixados, contribuindo para melhorar o desenho de políticas públicas futuras. Este artigo pretende contribuir para a investigação na área de avaliação de políticas públicas de turismo, analisando os estudos empíricos realizados sobre os seus impactes económicos e os métodos utilizados. Neste sentido, serão analisados um conjunto de estudos empíricos publicados de modo a identificar os instrumentos de política analisados, as metodologias de análise de dados e os efeitos analisados. A pesquisa realizada mostra que existem poucos estudos empíricos nesta área, com reduzida discussão de modelos conceptuais de análise das interações entre os instrumentos e os objetivos definidos. O contributo deste trabalho consiste na sistematização da informação de modo a identificar as linhas de investigação seguidas até aqui e as que continuam a necessitar de estudos mais aprofundados no futuro.

**Palavras-chave** | Avaliação de política de turismo, impactes económicos, modelos de análise

---

\* **Doutoranda** em Turismo na Universidade de Aveiro, Assistente Convidada no Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro, membro da Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas (GOVCOPP).

\*\* **Doutoramento** em Economia Regional, **Professor** Associado no Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro, coordenador da Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas (GOVCOPP).

\*\*\* **Doutoramento** em Turismo, **Professor** Auxiliar no Departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo (DEGEIT) da Universidade de Aveiro e membro integrado na Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas (GOVCOPP).

## 1. Introdução

O crescimento do turismo nas últimas décadas tem-nos mostrado como esta atividade tem um papel importante no crescimento da economia dos países e das regiões. O setor tem crescido a um ritmo muito superior às restantes atividades económicas e, por isso, defende-se que o turismo pode ser um motor do desenvolvimento de regiões mais desfavorecidas de modo a reduzir os desequilíbrios de desenvolvimento entre elas, através da criação de emprego, da distribuição de rendimentos e da inclusão social. Neste sentido, é natural que as autoridades políticas considerem fundamental traçar políticas/estratégias de crescimento com efeitos de curto e de longo prazo para este setor.

A intervenção pública no turismo justifica-se pela existência de falhas de mercado: necessidade de provir bens públicos, as externalidades, a existência de poder de monopólio e a assimetria de informação (Fleischer & Felsenstein, 2000). A natureza da atividade turística exige a intervenção pública no sentido de fornecer bens e serviços públicos que a esfera privada não tem incentivo em fornecer, como por exemplo a promoção turística, algumas infraestruturas e equipamentos turísticos e o planeamento e coordenação do turismo entre entidades públicas e público/privadas (Wanhill, 2005). O turismo gera externalidades positivas e negativas, sendo que cabe às entidades públicas, pelos meios que dispõe, de atenuar as externalidades negativas. Também as situações de poder de monopólio e de assimetrias de informação, que tantas vezes ocorrem no setor do turismo, pela especificidade da oferta que está limitada a um espaço físico que lhe atribui a singularidade, podem ser corrigidas através da regulamentação, apenas acessível ao poder público (Gooroochurn & Sinclair, 2005; Blake & Sinclair, 2007).

Face à necessidade de intervenção pública através de políticas de turismo, é natural o interesse na sua avaliação, quer por parte dos seus intervenientes, como organizador e/ou operacional e como

intervencionado, quer por parte dos cidadãos em geral. O interesse por parte dos cidadãos surge essencialmente do facto de o financiamento destas políticas públicas, na maioria das vezes, ser realizado através dos impostos que pagam. Por outro lado, a avaliação permite às autoridades políticas e às organizações que as operacionalizam, atuarem de forma mais responsável, criativa e o mais eficiente possível (Vedung, 1997). A avaliação da política permite aos decisores uma aprendizagem sobre os processos e os resultados permitindo-lhe melhorar a eficácia e a eficiência das políticas públicas.

Neste sentido, pretende-se neste estudo realizar a revisão bibliográfica sobre as metodologias utilizadas para fazer a avaliação de políticas de turismo. A revisão irá concentrar-se em estudos empíricos que avaliam os impactes económicos da política, dando-se destaque aos métodos quantitativos. O levantamento das metodologias passa pela identificação dos instrumentos de política, dos métodos de análise de dados e dos efeitos analisados.

## 2. Metodologia

Este artigo foi realizado com base numa pesquisa de trabalhos empíricos sobre avaliação de políticas de turismo. A pesquisa foi realizada nas bases de dados *Scopus* e *Web of Science Thomson Reuters*, que são duas das maiores bases de dados de artigos revistos por especialistas da área. Nesta pesquisa foram considerados os seguintes critérios: não foi definido um horizonte temporal, não se estabeleceu limites quanto ao tipo de publicações (incluem-se artigos, revisões, livros ou capítulos de livros, artigos de conferências, . . .) e limitou-se a pesquisa às áreas de (i) Ciências Sociais, (ii) Economia, Econometria e Finanças e (iii) Gestão e Contabilidade. A pesquisa foi realizada em títulos, resumos e palavras-chave com a seguinte combi-

nação de palavras: i) “*tourism policy*” ou “*tourism policies*”; ii) *evaluation, assessment, appraisal, economic impact, effectiveness, efficiency, performance* e iii) *method, methodology*. Esta pesquisa resultou em 111 documentos, a maioria dos documentos eram artigos de revistas (94) e capítulos de livros (5), a grande parte publicados após 2003 (82%). Neste grande conjunto de documentos foi possível observar que existem muitos estudos empíricos que avaliam os impactos económicos do turismo, resultantes do aumento dos visitantes, das suas despesas ou do consumo turístico, mas não avaliam concretamente uma política de turismo. Estes artigos foram excluídos da análise uma vez que o seu objetivo é avaliar o impacto económico de atividades de turismo e não de uma política de turismo.

Uma vez que os estudos de avaliação de políticas de turismo se integram na área de ‘análise de política’, alguns artigos analisados têm como objetivo a avaliação das questões processuais da definição e execução da política de turismo, sendo por isso excluídos deste trabalho. Também foram excluídos estudos que avaliam os efeitos de políticas de turismo específicas sobre a performance das empresas intervencionadas, ou seja, modelos microeconómicos de avaliação.

Assim, o estudo concentrou-se na análise de 30 trabalhos empíricos publicados, reunidos após a análise dos documentos obtidos nas pesquisas nas bases de dados e de referências cruzadas. Estes estudos fazem a avaliação de impactes económicos da política em turismo, sendo definidos concretamente os instrumentos utilizados para o efeito. Estes trabalhos empíricos foram publicados na sua maioria em artigos de revistas científicas e alguns capítulos de livros. A maioria dos estudos surge após 2003 (79%). As revistas que publicaram mais estudos são a *Annals of Tourism Research*, *Tourism Management*, *Tourism Economics* e *Journal of Sustainable Tourism*.

### 3. Avaliação de políticas públicas de turismo: revisão da literatura

#### 3.1. Identificação dos instrumentos de política de turismo

Os instrumentos (inputs) da política são técnicas de intervenção na sociedade que estão sob controlo das autoridades públicas. Cada instrumento tem características próprias que permitem uma estrutura de ação para atingir determinado objetivo da política (Vedung, 1997). As autoridades políticas dispõem de vários instrumentos para atingir os objetivos. A sua escolha implica a definição prévia do objetivo e o conhecimento dos mecanismos de reação desencadeados pelo instrumento. Os instrumentos de política de turismo podem ser classificados em (i) económicos (taxas de imposto, incentivos financeiros), (ii) regulamentares (regulação dos mercados ou das atividades) e (iii) institucionais (Logar, 2010). No entanto, Costa (2015) define uma tipologia de instrumentos de acordo com Weimer e Vining (2005), tendo como base a capacidade do instrumento para mitigar as falhas de mercado: i) libertação, facilitação e simulação de mercados (desregulação, legislação, direitos de propriedade, leilões); ii) utilização de subsídios e taxas para alterar incentivos (impostos sobre produtos, tarifas, isenções fiscais, subsídios, cupões, taxas de utilização); iii) estabelecimento de regras (enquadramento legal, regulação específica); iv) mecanismos hierárquicos de atuação (provisão de bens e serviços) e v) provisão de seguros e outras garantias.

Relativamente aos incentivos públicos concedidos pelos governos no sentido de estimular a atividade privada, Wanhill (1997, 2005) classifica os incentivos em: i) incentivos financeiros; ii) redução nos custos de capital; iii) redução nos custos operacionais e iv) segurança nos investimentos. Os incentivos financeiros têm como objetivo melhorar o retorno do capital, o que permitirá atrair mais

investidores. O objetivo final é proporcionar um efeito de alavancagem sobre o investimento (Wanhill, 1997). Os apoios financeiros às pequenas e médias empresas é uma das políticas mais abrangentes uma vez que o tecido empresarial no setor do turismo é composto essencialmente por pequenas e médias empresas (Wanhill, 1996, Felsenstein & Fleischer, 2000). Nos estudos analisados, os instrumentos de política que são avaliados com maior frequência são os incentivos financeiros e as variações dos impostos sobre os produtos, como

podemos verificar no quadro 1. Nos incentivos financeiros, incluem-se os apoios financeiros concedidos no âmbito dos programas europeus, ou seja, através de fundos europeus de apoio ao investimento, que são avaliados em estudos realizados por Bull (1999), Andriotis (2001), Nash, Koyabe, & Stansbie (2006), Balzaraviciene & Pilinkiene (2012) e de apoio à formação (Nilsson, Petersen, & Wanhill, 2005).

Quadro 1 | Instrumentos de política pública em turismo analisados na literatura

Instrumentos	Estudos
Incentivos financeiros	Andriotis, 2001; Balzaraviciene & Pilinkiene, 2012; Blake & Sinclair, 2003; Bull, 1999; Felsenstein & Fleischer, 2000; Klijs, Peerlings, & Heijman, 2015; Mangion, Cooper, Cortés-Jimenez, & Durbarry, 2012; Nash et al., 2006; Secall, 2012; Wanhill, 2000; Yan & Zhang, 2012
Investimento público	Cellini & Torrisi, 2009; Gulcan, Kustepeli, & Akgungor, 2009; Rosenfeld & Kauffmann, 2010; Rosentraub & Joo, 2009; Secall, 2012; Tosun, Timothy, & Öztürk, 2003
Despesas públicas em promoção	Deskins & SeEVERS, 2010; Seetanah & Sannassee, 2015
Variação de impostos	
- IVA	Blake, 2000; Blake, Durbarry, Sinclair, & Sugiyarto, 2001; Gago, Labandeira, Picos, & Rodríguez, 2009; Gooroochurn, 2004; Jensen & Wanhill, 2002; Manente & Zanette, 2010; Meng et al., 2013; Sugiyarto, Blake, & Sinclair, 2003; Sinclair, Blake & Gooroochurn, 2005
- Impostos específicos sobre o turismo	Blake, 2000; Blake & Sinclair, 2003; Gago et al., 2009; Manente & Zanette, 2010; Blake, Durbarry, Sinclair & Sugiyarto, 2001
- Impostos sobre importações	Mabugu, 2002
Desvalorização da moeda	Mabugu, 2002, Blake, Durbarry, et al., 2006
Comparação entre todos os tipos de instrumento	Logar, 2010; Costa, 2015

Fonte: Elaboração própria

A alteração da carga fiscal, ou seja, a variação de impostos é um dos instrumentos económicos, específicos ou não deste setor, que foram analisados: i) alteração dos impostos de valor acrescentado em bens e serviços (IVA) (por exemplo em Blake, Durbarry, Sinclair & Sugiyarto, 2001; Sinclair, Blake, & Gooroochurn, 2005; Sugiyarto, Blake, & Sinclair, 2003; Gago, Labandeira, Picos & Rodríguez, 2009; Meng, Siriwardana, & Pham, 2013); ii) alteração dos impostos sobre as atividades turísticas (por exemplo em Blake, 2000; Sugiyarto, Blake & Sinclair, 2003; Gago et al., 2009;

Manente & Zanette, 2010; Meng, Siriwardana, & Pham, 2013); iii) alteração das tarifas de importação (Sugiyarto, Blake & Sinclair, 2003; Mabugu, 2002).

Também a intervenção do setor público no sentido de providir bens e serviços públicos foi avaliada em alguns dos estudos que têm sido publicados nesta área. Os investimentos públicos realizados em infraestruturas ligadas ao turismo como estruturas desportivas, culturais e de diversão têm impactes económicos sobre as comunidades locais (nível de rendimento e de emprego) (Tosun, Ti-

mothy & Öztürk, 2003; Gulcan, Kustepeli & Akgungor, 2009; Rosentraub & Joo, 2009; Rosenfeld & Kauffmann, 2010; Secall, 2012)

### 3.2. Modelos de análise de dados

Sendo o objetivo deste estudo a revisão das metodologias de avaliação dos impactos económicos da política de turismo, consideraram-se apenas os estudos que fazem análise quantitativa. Do conjunto dos 30 estudos analisados, resulta a seguinte tipologia de análise: i) análise descritiva; ii) análise custo-benefício; iii) análise input-output; iv) análise de equilíbrio geral (nomeadamente o *Computable General Equilibrium* (CGE)) e v) a análise de regressão múltipla.

A análise descritiva consiste na organização de dados e a sua comparação de acordo com medidas de tendência central, de dispersão e de concentração. Andriotis (2001) mostra como os apoios financeiros comunitários ao turismo têm uma distribuição desigual entre regiões da ilha de Creta. Por sua vez, Tosun *et al.* (2003) compara o nível de rendimento entre regiões, o desenvolvimento de atividades turísticas e os apoios financeiros públicos atribuídos a diferentes regiões da Turquia e verifica que as regiões que recebem mais apoios financeiros públicos são as que apresentam maior atividade turística. Por esse motivo, os investimentos públicos no turismo têm contribuído para o acentuar das desigualdades em termos de desenvolvimento entre as regiões.

A análise custo benefício é um método que permite identificar os custos e os benefícios de um determinado projeto ou de uma medida de política pública, tendo em conta as alternativas possíveis da utilização dos recursos (Mules & Dwyer, 2005). Yan & Zhang (2012) analisam se foi eficiente a política de distribuição de cupões de atividades turísticas, no ano de 2009, para que os turistas pudessem usufruir de diversas atividades turísticas com descontos. O objetivo da política era

umentar a procura turística em algumas das regiões da China que mais sofreram com a recessão económica mundial de 2008. O resultado da avaliação permite concluir que os resultados superaram amplamente os custos da política, o que permite concluir que a política adotada foi adequada.

A análise Input-Output (I-O), formalizada por Leontief, e por isso também conhecido pelo modelo de Leontief, foi largamente desenvolvida e utilizada em estudos de impacto económico. O princípio é o de que um aumento de uma das componentes da procura tem um efeito multiplicativo sobre a oferta. Este método permite verificar os efeitos sobre um vasto conjunto de setores da economia e permite a sua aplicação a unidades territoriais diferentes, ou seja, a análise pode ser feita a nível nacional, a nível regional ou local. Wanhill (2000) com base na análise Input-Output, quantificou os efeitos multiplicadores sobre o rendimento e o emprego dos apoios financeiros ao investimento de empresas de atividade turística, no país de Gales. Ao fazer a análise do impacto económico, capta não só o efeito provocado pela ajuda pública, mas também o efeito de arrastamento provocado nas atividades próximas que não foram apoiadas. Jensen & Wanhill (2002) avaliam os efeitos da redução do IVA no setor do alojamento em 14 regiões da Dinamarca e verificam que o número de dormidas, as despesas turísticas e o emprego no turismo aumentam não só no setor de alojamento mas em todos os subsectores do turismo. Este método de análise, apesar de surgir com menos frequência continua a ser utilizado, muitas vezes conjugado com outros métodos. Manente & Zanette (2010) após quantificar os efeitos de uma redução do IVA sobre o consumo e o investimento turístico através da análise de regressão múltipla, verificam o impacto sobre o emprego, em diversos setores e 20 regiões da Itália, através da análise Input-output.

Os modelos I-O, embora com menor representatividade neste estudo, como se pode ver no quadro 2, continuam a ser utilizados para avaliar

os efeitos da política de turismo sobre o setor e sobre a economia em geral. Estes modelos podem ser mais dinâmicos quando se introduz hipóteses de mobilidade de fatores de produção e se conside-

ram elasticidades de substituição entre eles (Klijs, Peerlings & Heijman, 2015).

Quadro 2 | Métodos de análise utilizados em estudos de política pública em turismo

Método de análise de dados	Estudos
Análise descritiva	Andriotis, 2001; Tosun et al., 2003; Secall, 2012; Logar, 2010; Nash et al., 2006
Análise de equilíbrio geral CGE	Blake, 2000; Blake et al., 2001; Blake & Sinclair, 2003; Blake, Durbarry, et al., 2006; Gago et al., 2009; Gooroochurn, 2004; Gooroochurn & Sinclair, 2005; Mabugu, 2002; Meng et al., 2013; Sinclair et al., 2005; Sugiyarto et al., 2003
Análise Input-output	Wanhill, 2000; Jensen & Wanhill, 2002; Manente & Zanette, 2010; Klijs et al., 2015
Análise custo-benefício	Yan & Zhang, 2012
Análise de regressão	Balzaraviciene & Pilinkiene, 2012; Cellini & Torrisi, 2009; Costa, 2015; Deskins & Seever, 2010; Gulcan et al., 2009; Mangion, Cooper, Cortés-Jimenez & Durbarry, 2012; Rosenfeld & Kauffmann, 2010; Rosentraub & Joo, 2009; Seetanaah & Sannassee, 2015

Fonte: Elaboração própria

Os modelos macroeconómicos de equilíbrio geral, como o *computable general equilibrium* (CGE), têm por base o equilíbrio geral *walrasiano*. O modelo representa a economia como um sistema de fluxos de bens e serviços entre setores, ou seja, é formalizado por um conjunto de equações que caracterizam a produção, o consumo, o comércio e as atividades do governo na economia (Blake, Gilham, & Sinclair, 2006). Este modelo tem a vantagem de avaliar os impactes de alterações na procura de turismo mas também de vários tipos de políticas de turismo (Blake, Durbarry, et al., 2006). Uma vez que o modelo representa a complexidade de uma economia e a interligação entre mercados, setores e agentes económicos, ele tem sido muito utilizado para realizar simulações de choques, neste caso de variações dos instrumentos de política, sobre os objetivos e os impactes, ou seja, uma avaliação *ex-ante*. A avaliação *ex-ante* tem lugar antes da implementação da política ou programa. O seu objetivo é fundamentar a decisão na escolha dos objetivos a atingir e dos instrumentos para o fazer (Vedung, 1997).

Sinclair et al. (2005) realizam uma análise

internacional, comparando os resultados obtidos após um aumento do IVA nas ilhas do Chipre, Malta e Maurícia e concluem que o aumento da taxa dos impostos sobre os produtos afeta negativamente o setor do turismo, arrastando também o setor agrícola refletindo-se no emprego e no PIB (Produto Interno Bruto) das economias. Blake & Sinclair (2003) estudam a possibilidade de adotar várias políticas, como a diminuição da carga fiscal das atividades turísticas, a concessão de subsídios no setor dos transportes aéreos e ao consumo turístico, sobre a atividade turística, de modo a minorar os efeitos negativos do atentado terrorista de 11 de setembro nos EUA. Sugiyarto *et al.* (2003) procuram quantificar os efeitos de reduzir as tarifas de importação e dos impostos indiretos sobre os produtos domésticos, na Indonésia, o que permitiria o aumento da competitividade e verificam que as receitas do turismo estrangeiro aumentariam assim como o emprego e o PIB. Gooroochurn & Sinclair (2005), nas Maurícias, verificam que a adoção de impostos sobre produtos nos principais subsectores do turismo provoca menores distorções na distribuição do rendimento do que o aumento generali-

zado da carga fiscal sobre os produtos. Também Meng et al. (2013), em Singapura, avaliam utilização de instrumentos alternativos para fomentar a atividade turística e concluem que o impacto sobre a despesa turística, o emprego e o PIB é superior quando há uma diminuição da carga fiscal que afeta diretamente a procura, comparativamente com o alívio da carga fiscal da indústria do turismo.

Este modelo macroeconómico de equilíbrio geral que tem sido cada vez mais utilizado como se pode verificar no quadro 2. O modelo permite avaliar os efeitos de preços sobre os produtos e sobre os fatores de produção e a sua alocação, o que permite ultrapassar algumas limitações do modelo input-output. No entanto, o modelo exige uma grande quantidade de dados sobre a economia e sobre os setores económicos, em particular o setor do turismo. Assim, sua utilização surge especialmente em países cuja reunião e publicação de estatísticas considera o turismo como um setor de atividade.

A análise de regressão é outros dos métodos de análise muito utilizado nos estudos que avaliam os impactos de políticas públicas em turismo. Este método permite a estimação quantitativa das relações entre fatores explicativos e a variável que se pretende explicar. Pressupõe-se a existência de uma relação causal entre uma variável dependente e uma, ou várias, variáveis independentes ou explicativas. Os estudos que seguem esta metodologia fazem avaliação *ex-post* da política, ou seja, procuram avaliar os resultados através de dados recolhidos na economia. Esta avaliação permite a avaliação final da política e também tirar informações para a execução de políticas futuras (Vedung, 1997). Deskins & Seevers (2010) verificam os efeitos das despesas públicas na promoção do turismo nos EUA, no crescimento do turismo, no PIB e no emprego em cada Estado. A regressão utiliza um sistema de 3 equações e dos dados são estimados em painel. Verificam que o impacto das despesas em promoção turística é mais elevado nos Estados

que tinham um nível de promoção mais baixo. Setanah & Sannasee (2015) estudam a influência das despesas com a promoção dos destinos turísticos sobre o comportamento do turismo internacional (número de chegadas) na Maurícia, no curto e no longo prazo, através de um modelo autorregressivo de uma equação. Gulcan et al. (2009) e Cellini & Torrisi (2009) avaliam os efeitos de despesas públicas regionais sobre regiões da Turquia e da Itália, respetivamente, e verificam através de modelos de regressão múltipla, que as despesas públicas tem maior efeito sobre o valor acrescentado bruto do setor, nas regiões onde o turismo tem um grande peso nas atividades económicas. Mangion, Cooper, Cortés-Jimenez e Durbarry (2012) avaliam o impacto de subsidiar os operadores turísticos, com o objetivo de aumentar o número de turistas britânicos em Malta, medindo o impacto sobre a elasticidade da procura através de um modelo econométrico AIDS (*Almost Ideal Demand System*). No estudo das elasticidades preço, rendimento e cruzadas da procura, verificar-se que a política de subsídios permitirá um aumento significativo da atividade no curto prazo, contudo no longo prazo afetará as elasticidades e por isso a competitividade do setor. Numa perspetiva mais vasta, Costa (2015) compara a utilização de um conjunto de instrumentos de política utilizados pelos municípios portugueses e avalia o seu impacto sobre as falhas de mercado e sobre o desenvolvimento do turismo local. Para quantificar esses efeitos, recorre a um modelo de regressão múltipla, que lhe permite identificar os instrumentos mais adequados a cada tipo de falha de mercado.

### 3.3. Objetivos e efeitos analisados

O desenvolvimento do setor do turismo conduziu naturalmente à evolução dos objetivos definidos pela política. Wanhill (2005) sintetiza os principais objetivos da política de turismo em: i) maximizar as receitas estrangeiras estimulando a

dispersão regional dos visitantes estrangeiros; ii) atrair turistas de segmentos de mercado de consumo elevado e aumentar o número de visitantes; iii) criar mais emprego, mantendo a conservação da natureza e do património e iv) desenvolver as comunidades anfitriãs. Atualmente os objetivos da política não passam apenas por aumentar o número de visitantes, maximizar as receitas de turismo e melhorar o nível de rendimentos e de emprego. Passou a considerar-se a competitividade das empresas turísticas e das regiões como objetivos a atingir. Os objetivos económicos, sociais e ambientais que promovam o bem-estar das comunidades e a sustentabilidade da atividade e dos destinos passam a ser destacados (Fayos-Solá, 1996).

O conjunto de estudos analisados faz a avaliação de objetivos e efeitos sobre: o Produto Interno Bruto (PIB) (Blake, Durbarry, Sinclair & Sugiyarto, 2001; Blake & Sinclair, 2003; Meng et al., 2013; Sugiyarto et al., 2003); o emprego (Blake & Sinclair, 2003; Felsenstein & Fleischer, 2000; Gooroochurn & Sinclair, 2005; Sinclair et al., 2005); o valor acrescentado no turismo (Gulcan et al., 2009; Cellini & Torrisi, 2009); a produção turística (Tosun et al., 2003; Meng et al., 2013); a procura turística (Jensen & Wanhill, 2002; Gooroochurn & Sinclair, 2005; Meng et al., 2013); a competitividade (Mangion et al., 2012); a desigualdade do desenvolvimento entre regiões (Andriotis, 2001; Tosun et al., 2003), o desenvolvimento local (Costa, 2015).

#### 4. Conclusão

A avaliação das políticas públicas e de programas tem vindo a assumir um papel cada vez mais importante na melhoria da gestão pública, na melhor afetação dos recursos, no aumento da eficiência e eficácia das políticas. Através da avaliação, as instituições públicas melhoram o seu conhecimento sobre o processo de implementação da ação

política e os resultados obtidos. Por outro lado, a divulgação das políticas, dos programas e dos processos de avaliação permite aos cidadãos avaliarem as intervenções públicas.

Para fazer a avaliação do impacto das políticas públicas é necessário começar por definir e quantificar os instrumentos e os objetivos. Esta é muitas vezes o principal obstáculo à avaliação de políticas uma vez que na maioria dos casos os governos definem objetivos gerais a atingir, mas não quantificam metas mais específicas. Quanto mais clara é a definição das metas mais objetivamente se avaliam os resultados da política (Storey, 1994).

A escolha do método de análise na avaliação depende do objetivo dela, da estrutura conceptual e organizacional e dos recursos disponíveis. A revisão da literatura efetuada neste artigo permite concluir que muitas vezes os autores utilizam vários métodos complementares na sua análise, uma vez que o método de avaliação não foi definido previamente, em simultâneo com a definição da política e da sua implementação.

Existe um crescente número de estudos que fazem avaliação *ex-ante* das políticas de turismo, comparando diferentes tipos de instrumentos, através dos modelos CGE. Uma vez que estes modelos simulam o comportamento da economia, rapidamente se verificam os efeitos de um choque induzido. No entanto, estes modelos utilizam uma grande quantidade de informação sobre a economia e sobre o setor do turismo em particular. Esta é uma das razões por que vemos estes estudos aplicados em economias onde existe a Conta Satélite do Turismo e as tabelas Input-output são publicadas com o setor do turismo destacado. Contudo, esta análise não é isenta de críticas, uma vez que existe um grande número de pressupostos a admitir na definição das relações entre agentes e entre atividades, que muitas vezes são estudadas em outros modelos e que podem não se verificar na situação particular de cada estudo (Dwyer, 2015). Naturalmente estes modelos continuarão a ser desenvolvidos de modo a tornar mais claro os pressu-

postos considerados que caracterizam as relações económicas.

As avaliações *ex-post* são menos frequentes e utilizam essencialmente o método de análise de regressão múltipla, conjugada ou não, com outras metodologias, nomeadamente de análise Input-output. Será necessário desenvolver estudos no sentido de avaliar a eficácia dos instrumentos adotados pelas autoridades políticas para alcançar os objetivos. É essencial avançar no conhecimento dos mecanismos de reação desencadeados pelos instrumentos de política sobre a atividade turística e comparar a eficácia entre instrumentos. É essencial conhecer melhor quais os fatores externos que influenciam a relação entre instrumentos e objetivos ou efeitos.

A tendência nestes estudos empíricos é de avaliar a política através dos resultados obtidos sobre a atividade turística e/ou dos impactes causados na economia. No entanto, verifica-se em alguns estudos a preocupação em avaliar os efeitos diferenciados sobre as regiões, tentando perceber como os desequilíbrios regionais são afetados por políticas centrais, mas também por políticas regionais. Nesta área, ainda não é claro como o desenvolvimento da atividade turística promove a igualdade no desenvolvimento entre regiões. Alguns estudos apontam para o agravamento das desigualdades entre regiões após a adoção de algumas políticas de turismo. O aprofundamento dos conhecimentos desta relação, permitirá a escolha dos instrumentos de política mais adequados à persecução de objetivos diferenciados por regiões.

### Referências bibliográficas

- Andriotis, K. (2001). Tourism planning and development in Crete: recent tourism policies and their efficacy. *Journal of Sustainable Tourism*, 9(4), 298–316. <http://doi.org/10.1080/09669580108667404>
- Balzaraviciene, S., & Pilinkiene, V. (2012). Evaluation of competitiveness of Lithuanian economic sectors using competitiveness indices: Impact of European union funding. *Transformations in Business and Economics*, 11(2), 98–116.
- Blake, A. (2000). The economic effects of tourism in Spain. *Christel DeHaan Tourism and Travel Research Institute*.
- Blake, A., Durbarry, R., Eugenio-Martin, J. L., Goroochurn, N., Hay, B., Lennon, J., ... Yeoman, I. (2006). Integrating forecasting and CGE models: The case of tourism in Scotland. *Tourism Management*, 27(2), 292–305. <http://doi.org/10.1016/j.tourman.2004.11.005>
- Blake, A., Durbarry, R., Sinclair, M. T., & Sugiyarto, G. (2001). *Modelling tourism and travel using Tourism Satellite Accounts and tourism policy and forecasting models* (No. Discussion Paper, 4). Tourism and Travel Research Institute.
- Blake, A., Gilham, J., & Sinclair, M. T. (2006). CGE tourism analysis and modelling. In L. Dwyer & P. Forsyth (Eds.), *International Handbook on the Economics of Tourism*. Cheltenham: Edward Elgar.
- Blake, A., & Sinclair, M. T. (2003). Tourism crisis management. *Annals of Tourism Research*, 30(4), 813–832. [http://doi.org/10.1016/s0160-7383\(03\)00056-2](http://doi.org/10.1016/s0160-7383(03)00056-2)
- Blake, A., & Sinclair, M. T. (2007). *The economic rationale for government intervention in tourism*. Department for Culture, Média and Sport of UK.
- Bull, B. (1999). Encouraging tourism development through the EU structural funds: A case study of the implementation of programmes on Bornholm. *International Journal of Tourism Research*, 1, 149–165.
- Cellini, R., & Torrisi, G. (2009). The regional public spending for tourism in Italy: an empirical analysis. *MPRA No 16917*.
- Costa, C. C. S. (2015). *Instrumentos de políticas públicas do turismo: Uma análise empírica dos municípios portugueses*. EEG. UM, Braga.
- Deskins, J., & Seevers, M. T. (2010). Are state expenditures to promote tourism effective? *Journal of Travel Research*, 50(2), 154–170. <http://doi.org/10.1177/0047287510362785>
- Dwyer, L. (2015). Computable general equilibrium modelling: An important tool for tourism policy analysis. *Tourism and Hospitality Management*, 21(2), 111–126. <http://doi.org/10.20867/thm.21.2.1>
- Fayos-Solá, E. (1996). Tourism policy: a midsummer night's dream? *Tourism Management*, 17(6), 405–412.
- Felsenstein, D., & Fleischer, A. (2000). Capital assistance for small firms: Some implications for regional economic welfare. *Geographical Analysis*, 32(1).

- Fleischer, A., & Felsenstein, D. (2000). Support for Rural Tourism. Does it Make a Difference? *Annals of Tourism Research*, 27(4), 1007–1024.
- Frechtling, D. C., & Horvath, E. (1999). Estimating the Multiplier Effects of Tourism Expenditures on a Local Economy through a Regional Input-Output Model. *Journal of Travel Research*, 37(4), 324–332. <http://doi.org/10.1177/004728759903700402>
- Gago, A., Labandeira, X., Picos, F., & Rodríguez, M. (2009). Specific and general taxation of tourism activities. Evidence from Spain. *Tourism Management*, 30(3), 381–392. <http://doi.org/10.1016/j.tourman.2008.08.004>
- Gooroochurn, N. (2004). Tourism taxation : A theoretical and empirical investigation. In *ECOMOD International Conference on Input-Output and General Equilibrium: Data, Modeling and Policy Analysis* (pp. 1–22). Brussels.
- Gooroochurn, N., & Sinclair, M. T. (2005). Economics of tourism taxation. *Annals of Tourism Research*, 32(2), 478–498. <http://doi.org/10.1016/j.annals.2004.10.003>
- Gulcan, Y., Kustepeli, Y., & Akgungor, S. (2009). Public policies and development of the tourism industry in the Aegean region. *European Planning Studies*, 17(10), 11509–11523. <http://doi.org/10.1080/09654310903141722>
- Jensen, T. C., & Wanhill, S. (2002). Tourism's taxing times: value added tax in Europe and Denmark. *Tourism Management*, 23, 67–79.
- Klijs, J., Peerlings, J., & Heijman, W. (2015). Usefulness of non-linear input-output models for economic impact analyses in tourism and recreation. *Tourism Economics*, 21(5), 931–956. <http://doi.org/10.5367/te.2014.0398>
- Logar, I. (2010). Sustainable tourism management in Crikvenica, Croatia: An assessment of policy instruments. *Tourism Management*, 31(1), 125–135. <http://doi.org/10.1016/j.tourman.2009.02.005>
- Mabugu, R. (2002). Short-term effects of policy reform on tourism and the macroeconomy in Zimbabwe: Applied CGE analysis. *Development Southern Africa*, 19(3), 419–430. <http://doi.org/10.1080/03768350220150206>
- Manente, M., & Zanette, M. (2010). Macroeconomic effects of a vat reduction in the italian hotels & restaurants industry. *Economic Systems Research*, 22(4), 407–425. <http://doi.org/10.1080/09535314.2010.526927>
- Mangion, M. L., Cooper, C., Cortés-Jimenez, I., & Durbarry, R. (2012). Measuring the effect of subsidization on tourism demand and destination competitiveness through the AIDS model: an evidence-based approach to tourism policymaking. *Tourism Economics*, 18(6), 1251–1272. <http://doi.org/10.5367/te.2012.0167>
- Meng, X., Siriwardana, M., & Pham, T. (2013). A CGE assessment of Singapore's tourism policies. *Tourism Management*, 34, 25–36. <http://doi.org/10.1016/j.tourman.2012.03.006>
- Mules, T., & Dwyer, L. (2005). Public sector support for sport tourism events: The role of cost-benefit analysis. *Sport in Society: Cultures, Commerce, Media, Politics*, 8(2), 338–355. <http://doi.org/10.1080/17430430500087864>
- Nash, R., Koyabe, D., & Stansbie, P. (2006). Impact of european union funding on tourism in the Grampian region. *International Journal of Tourism Research*, 8(4), 247–261. <http://doi.org/10.1002/jtr.573>
- Nilsson, P. Å., Petersen, T., & Wanhill, S. (2005). Public support for tourism SMEs in peripheral areas: The Arjeplog project, northern sweden. *The Service Industries Journal*, 25(4), 579–599. <http://doi.org/10.1080/02642060500092436>
- Rosenfeld, M. T. W., & Kauffmann, A. (2010). How to create a new holiday destination? An evaluation of local public investment for supporting tourism industry in regions lagging behind. *ERSA Conference 2010*.
- Rosentraub, M. S., & Joo, M. (2009). Tourism and economic development: Which investments produce gains for regions? *Tourism Management*, 30(5), 759–770. <http://doi.org/10.1016/j.tourman.2008.11.014>
- Secall, L. B. (2012). Effects of the implementation of tourism excellence plans (1992–2006) in Spain. The case of the Catalan coast. *Journal of Policy Research in Tourism, Leisure and Events*, 4 (1), 84–104. <http://doi.org/10.1080/19407963.2011.642875>
- Seetanah, B., & Sannasse, R. V. (2015). Marketing promotion financing and tourism development: the case of Mauritius. *Journal of Hospitality Marketing & Management*, 24, 202–215.
- Sinclair, M. T., Blake, A., & Gooroochurn, N. (2005). Modelling tourism impacts on small island economies: Evidence from Cyprus, Malta and Mauritius. *World Forum on Small Island Developing States*. International Research Foundation for Development.
- Storey, D. J. (1994). *Understanding the Small Business Sector*. London: Routledge.

- Sugiyarto, G., Blake, A., & Sinclair, M. T. (2003). Tourism and globalization: Economic impact in Indonesia. *Annals of Tourism Research*, 30(3), 683–701. [http://doi.org/10.1016/s0160-7383\(03\)00048-3](http://doi.org/10.1016/s0160-7383(03)00048-3)
- Tosun, C., Timothy, D. J., & Öztürk, Y. (2003). Tourism growth, national development and regional inequality in Turkey. *Journal of Sustainable Tourism*, 11(2–3), 133–161. <http://doi.org/10.1080/09669580308667200>
- Vedung, E. (1997). *Public Policy and Program Evaluation*. New Brunswick, New Jersey: Transaction Publishers.
- Wanhill, S. (1996). Local enterprise and development in tourism. *Tourism Management*, 17(1), 35–42.
- Wanhill, S. (1997). Peripheral area tourism: A european perspective. *Progress In Tourism and Hospitality Research*, 3, 47–70.
- Wanhill, S. (2000). Small and medium tourism enterprises. *Annals of Tourism Research*, 27(1), 132–147.
- Wanhill, S. (2005). Role of government incentives. In W. F. Theobald (Ed.), *Global Tourism* (3rd ed., pp. 367–390). Routledge: Elsevier.
- Weimer, D. L., & Vining, A. R. (2005). *Policy Analysis: concepts and practice* (4th Ed.). New Jersey: Prentice Hall.
- Yan, Q., & Zhang, H. Q. (2012). Evaluation of the economic effectiveness of public tourism coupons in China in 2009 – A corrected DEA approach. *Asia Pacific Journal of Tourism Research*, 17(5), 534–550. <http://doi.org/10.1080/10941665.2011.627929>